

Comissões têm cotas de passagens aéreas, cartas e telegramas

Brasília — Os integrantes da Mesa diretora, os presidentes de comissões e subcomissões e o líder do PMDB na Constituinte foram agraciados com cotas complementares de correspondência, de ligações telefônicas e de passagens aéreas. O pessoal da Mesa e o líder do PMDB passaram também a ter direito a um carro oficial. Essas decisões foram tomadas pela Mesa diretora na primeira reunião de trabalho, no dia 6 de abril, através dos atos números 2, 3, 4 e 5.

O ato nº 6, datado do mesmo dia, atribui ao diretor-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino, "as funções de coordenação, direção e controle funcional das atividades relacionadas com pessoal, material, serviços, orçamento e contabilidade da Assembléia Nacional Constituinte. Entre as suas atribuições, incluem-se as de "autorizar despesas com dispensa de licitação", "contratar pessoal" e "arbitrar gratificações".

O ato nº 2 dispõe que "os membros da Mesa, o líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, e os presidentes de comissões e subcomissões constitucionais terão direito a um crédito postal-telegráfico, mensal, de até 2 mil cartas por mês de porte simples e 500 telegramas com até 30 palavras", além da cota mensal de 800 cartas e 200 telegramas a que cada um tem direito como deputado ou senador. Segundo Sabino, "a cota que cada um recebe como parlamentar é muito pequena" e foi necessário estabelecer uma nova, para que os dirigentes da Constituinte possam responder "pedidos e consultas que chegam do país inteiro". Como alguém tinha que pagar essa despesa, ainda segundo o diretor-geral, "foi estabelecido um limite para se evitar excessos". Diz a portaria que este limite poderá ser exercido "com a prévia autorização do primeiro-secretário".

Os membros da mesa e o líder do PMDB passaram a contar com um carro de representação, pelo ato nº 3. De acordo com Sabino, essa decisão apenas estendeu aos beneficiados o direito que já têm os membros das Mesas diretoras da Câmara e do Senado e pelos líderes partidários das duas casas. "Como os líderes do PT, do PDT, do PDS e dos demais partidos, na Câmara ou no Senado, acumulam também a liderança na Constituinte, não tinha sentido dar mais um carro para cada um deles. Só o líder do PMDB na Constituinte não acumula outro cargo e não tinha carro de representação", explicou Sabino.

O mesmo raciocínio valeu para conceder ao líder Mário Covas, e apenas a ele, a cota postal-telegráfico e a cota de telefonemas. A cota de ligações telefônicas, conforme dispõe o artigo nº 5, está fixada em Cz\$ 10 mil para os integrantes da Mesa, o líder do PMDB e os presidentes de comissões e subcomissões e relatores, e em Cz\$ 8 mil para os vice-presidentes de comissões e subcomissões.

Ainda segundo o diretor-geral, a Mesa resolveu atribuir-lhe poderes para comprar sem licitação, para contratar pessoal e para arbitrar gratificações com o fim de "agilizar a administração". Segundo ele, a licitação apenas será dispensada quando "o prazo necessário de 90 dias para que ela se cumpra crie problemas para o funcionamento da Constituinte" — como foi o caso, por exemplo, da aquisição de cinco gravadores grandes para as comissões e dos quarenta gravadores pequenos comprados para os taquígrafos. "Precisávamos urgentemente desse material e tivemos que fazer uma coleta de preços, que posteriormente foi submetida à mesa da Constituinte", garantiu Sabino. Segundo ele, por enquanto, esta foi a única.

Ainda segundo o diretor-geral, até agora a Constituinte ainda não fez qualquer nova contratação: "Estamos apenas requisitando funcionários já contratados pela Câmara e pelo Senado". Quanto às gratificações, "elas estão sendo feitas de forma a se evitar o pagamento de horas extras", diz Sabino. "Elas variam entre Cz\$ 8 mil e Cz\$ 16 mil, dependendo da categoria do funcionário, e os gratificados têm que trabalhar de noite, domingos e feriados, sem cobrança de horas extras".

Rondonópolis reúne o povo para fazer sua própria Constituição

Cuiabá — A Assembléia Nacional Constituinte vem despertando pouco interesse em Mato Grosso, mas no município de Rondonópolis — o segundo em importância no estado, com mais de 100 mil habitantes — desde o ano passado vem se desenvolvendo uma experiência inédita: uma ampla discussão, envolvendo a administração municipal, partidos políticos, Igreja, entidades classistas e associações de moradores, com o objetivo de elaborar o que seria uma Constituição municipal, a partir da reformulação das leis já existentes.

A Constituição seria, basicamente, um conjunto das leis sobre questões de interesse exclusivo da comunidade, como a lei do uso do solo, o código de posturas, a lei de loteamentos urbanos e a de concessão de serviços públicos, entre outras.

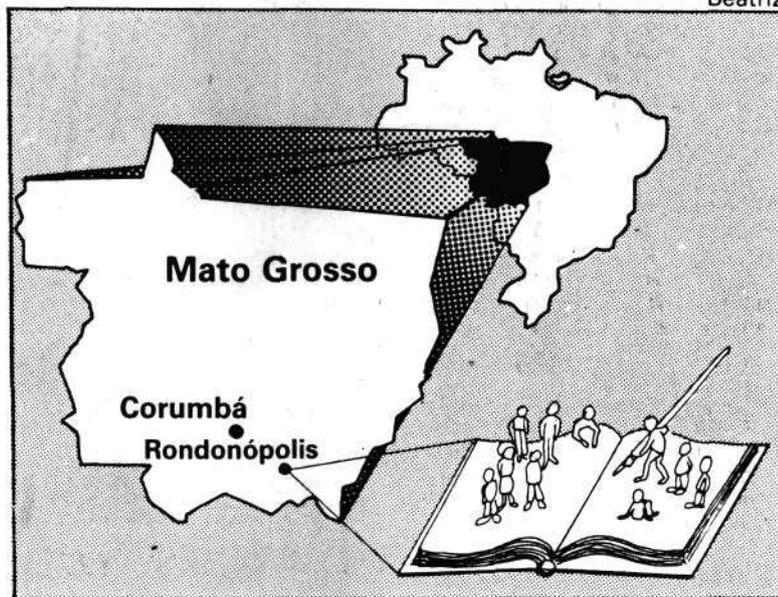
Discussão ampla

Tudo começou em julho do ano passado, quando a prefeitura decidiu atualizar algumas leis. Lideranças locais propuseram ao prefeito Fausto de Souza Faria (PMDB), de linha progressista, que aproveitasse a oportunidade para fazer uma "Constituinte" municipal, discutindo tudo que fosse do interesse da população. A proposta foi aceita e formou-se uma "Comissão Suprapartidária Pró-Constituinte Municipal". Embora todos os partidos tenham sido convidados a integrá-la, o PDS, o PFL e o PT resolveram não aceitar, temendo a hegemonia do PMDB, que é governo no município.

A experiência de um governo participativo, iniciada pelo ex-prefeito Carlos Bezerra (PMDB) — que se desincompatibilizou do cargo para concorrer ao governo do estado — facilitou o engajamento da população no processo.

— Já tínhamos a experiência — disse o prefeito Fausto Faria —, mas sentimos necessidade de ampliar a participação, o que acabou levando até a discussão do orçamento da prefeitura, como ele deve ser distribuído nas diversas áreas. Se o povo participa mais diretamente, há uma democratização do poder, da informação.

O prefeito, que se define como "um homem de esquerda", simpático ao socialismo, se diz disposto a



Beatriz

encampar todas as propostas que surgirem das discussões, inclusive até mesmo a que vem sendo defendida pelas associações de moradores: administrar os recursos do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) conjuntamente com a prefeitura. Parte da arrecadação seria aplicada nos bairros.

Jornal

No próximo dia três de maio, quando cerca de 300 lideranças urbanas e rurais do município se reúnam para avaliar o movimento, estará circulando o primeiro número do **Jornal da Constituinte**, uma tribuna de debates sobre os problemas que estão sendo discutidos. Até um programa de rádio está nos planos da comissão pró-constituinte. Desde o ano passado, já funciona na Biblioteca Municipal uma Sala da Constituinte, que coloca à disposição da população uma série de publicações sobre o assunto, que também já foi tema de um concurso de redação nas escolas de Rondonópolis. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Imprensa da prefeitura mandou imprimir todas as leis municipais, para que elas possam ser discutidas pela comunidade, com assessoria de funcionários da própria prefeitura. E vêm sendo promovidas, esporadicamente, conferências e palestras de especialistas e até de parlamentares, como foi o

caso do deputado João Hermann (PMDB), de São Paulo.

Questão de poder

Apesar de achar que existe um "apego patológico" do homem pelo poder, o prefeito Fausto Faria não se mostra preocupado com a possibilidade da sua liderança vir a ser esvaziada no processo. Admite, entretanto, que o papel do vereador passou a ser questionado a partir do momento em que houve uma participação mais direta da população nas decisões da administração municipal:

— Esse é um fato que não podemos negar. Dos 15 vereadores de Rondonópolis, os sete da oposição e até alguns do próprio PMDB não gostaram do movimento. Só os mais avançados politicamente se engajaram no processo e participam freqüentemente das reuniões com a comunidade. Mas aos poucos as resistências vêm sendo superadas.

Segundo ainda o prefeito, os vereadores foram descobrindo que é perfeitamente possível ampliar os canais de participação da comunidade sem que seja prejudicado o conceito de representatividade parlamentar, e a própria Câmara Municipal se viu forçada a passar a promover reuniões com lideranças comunitárias, o que não acontecia antes.